



ITÁ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

siniculado de bancos privados e debêntures emitidas pela empresa), bem sendo amortizado conforme as previsões contratuais, tendo o saldo devedor global atingido o valor de R\$ 98 milhões, ao final do exercício de 2011 (R\$ 131 milhões em 2010). O "rating" da emissão de debêntures atribuído pela Fitch Atlantic Ratings permaneceu em "AA-(brA)" e de Standard&Poor's foi elevado para "brAA".

Venda de Energia - Contrato de Longo Prazo - A energia que coube à ITASA em 2011 totalizou 3.540 GWh, vendidos exclusivamente aos três grupos de acionistas da empresa e à consorciada Tractebel, em conformidade com os contratos de compra e venda de energia e aditivos.

A receita gerada com a venda de energia somou R\$ 270 milhões, R\$ 22 milhões superior à receita de 2010 (8,87%).

Desempenho Econômico-Financeiro - Durante o exercício de 2011, as atividades da companhia envolveram despesas totais, antes dos tributos, de R\$ 214 milhões, superior ao exercício anterior (R\$ 186 milhões em 2010), devido principalmente à provisão do processo da Eletropaulo - Eleticidade de São Paulo S.A. Nesse contexto, o lucro líquido da ITASA, antes dos tributos, foi de R\$ 83 milhões, superior ao de 2010 (lucro de R\$ 70 milhões), estando programado o pagamento de R\$ 13 milhões de dividendos mínimos

obrigatórios (R\$ 11 milhões em 2010).

Auditoria - A Deloitte, que passou a realizar a auditoria externa da ITASA a partir de 2009, não prestou serviços não relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis divulgadas e encaminhadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Meio Ambiente - A ITASA, através do Consórcio ITÁ, desenvolveu ao longo do ano de 2011, projetos destinados à educação, melhoria do meio ambiente e conscientização ambiental. Os investimentos da ITASA nesses projetos foram da ordem de R\$ 2,40 milhões (R\$ 2,30 milhões em 2010).

Agradecimentos - Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos Governamentais e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrados ao longo deste exercício.

São Paulo, 07 de Fevereiro de 2012

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício encerrado em 31/12/2011, acompanhadas de parecer dos Auditores Independentes.

A Empresa - Itá Energética S.A. - ITASA, empresa de capital aberto, com capital acionário composto em sua totalidade por ações ordinárias, tem como acionistas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Tractebel Energia S.A. - Tractebel, com participações individuais de 48,75%, e a Companhia de Cimento Itabém, com os restantes 2,50%. Foi constituída em julho de 1996 com o objetivo de construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A ITASA compartilha a concessão da UHE Itá com a Tractebel, que juntas compõem o Consórcio ITÁ, com participações de 60,5% e 39,5%, respectivamente, garantindo à empresa 404,14 MW médios de energia assegurada.

Financiamento de Longo Prazo - O financiamento de longo prazo do empreendimento (BNDES,

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2011 | 31/12/2010 | Passivo Circulante | Nota | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--|------|------------|------------|--|------|------------|------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 57.076 | 55.768 | Fornecedores | 9 | 21.715 | 19.268 |
| Clientes - Concessionárias e permissionárias | 5 | 23.557 | 25.210 | Dividendos a pagar | | 12.960 | 10.915 |
| Caucões e depósitos vinculados | - | - | - | Empréstimos e financiamentos | 10 | 56.164 | 56.399 |
| Impostos a recuperar | | 470 | 304 | Debêntures | | - | 20.183 |
| Outros | | 626 | 514 | Tributos e contribuições sociais | 12 | 5.505 | 8.013 |
| Total do ativo circulante | | 81.729 | 82.817 | Provisão para causas cíveis e tributárias | | 3.380 | 300 |
| Não Circulante | | | | Outros | | 451 | 377 |
| Realizável a longo prazo | | | | Total do passivo circulante | | 100.175 | 115.455 |
| Clientes - Concessionárias e permissionárias | 5 | 3.792 | 3.792 | Não Circulante | | | |
| Impostos a recuperar | | 182 | 3.978 | Fornecedores | 9 | 3.792 | 3.792 |
| Caucões e depósitos vinculados | | - | 4.034 | Empréstimos e financiamentos | 10 | 41.814 | 97.567 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 6 | 40.265 | 37.046 | Debêntures | | - | 33.600 |
| Imobilizado | 8 | 675.367 | 710.334 | Provisão para causas cíveis e tributárias | 12 | 17.031 | 4.910 |
| Intangível | | - | 10.238 | Total do passivo não circulante | | 62.637 | 139.869 |
| Total do ativo não circulante | | 719.606 | 769.422 | Patrimônio Líquido | | | |
| Total do Ativo | | 801.335 | 852.239 | Capital social | 13 | 499.899 | 479.423 |
| | | | | Reserva de capital | 13 | 10.238 | 30.713 |
| | | | | Reserva de lucros | 13 | 195.361 | 157.436 |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | (66.975) | (70.657) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 638.523 | 596.915 |
| | | | | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 801.335 | 852.239 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

| Nota | Capital social | Reserva de capital | Ajuste Avaliação Patrimonial | Retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|------|----------------|--------------------|------------------------------|--------------------|-------------------|----------|
| | 479.423 | 30.713 | (74.321) | 126.057 | - | 561.872 |
| | - | - | - | - | 45.958 | 45.958 |
| 16.c | - | - | 2.298 | - | - | 2.298 |
| 16.d | - | - | - | (10.915) | (10.915) | (10.915) |
| 16.e | - | - | - | 29.081 | (29.081) | - |
| 4 | - | - | 3.664 | - | (3.664) | - |
| | 479.423 | 30.713 | (70.657) | 157.436 | - | 596.915 |
| 13.a | 20.476 | (20.476) | - | - | - | - |
| | - | - | - | - | 54.568 | 54.568 |
| 13.c | - | - | 2.728 | - | - | 2.728 |
| 13.d | - | - | - | (12.960) | (12.960) | (12.960) |
| 13.e | - | - | 35.198 | (35.198) | - | - |
| | - | - | 3.682 | - | (3.682) | - |
| | 499.899 | 10.237 | (66.975) | 195.362 | - | 638.523 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de Dezembro de 2009

Aumento de capital
Lucro líquido do exercício
Destinações do lucro líquido do exercício
Reserva legal
Dividendos propostos
Reserva de retenção de lucros
Realização do ajuste ao valor justo do ativo imobilizado
Baixa do ativo diferido líquido dos impostos

Saldos em 31 de Dezembro de 2010

Aumento de capital
Lucro líquido do exercício
Destinações do lucro líquido do exercício
Reserva legal
Dividendos propostos
Reserva de retenção de lucros
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado
Baixa do ativo diferido líquido dos impostos

Saldos em 31 de Dezembro de 2011

Aumento de capital
Lucro líquido do exercício
Destinações do lucro líquido do exercício
Reserva legal
Dividendos propostos
Reserva de retenção de lucros
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado
Baixa do ativo diferido líquido dos impostos

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

* As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são examinadas pelos auditores independentes.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC-09). Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado, constantes nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **2.2: Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido nas normas. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e os valores apresentados (textos e tabelas) estão expressos em milhares de reais, exceto onde indicado de maneira diferente.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: a) Ativos Financeiros: São classificados em: finalizados à negociação, mantidos até o vencimento; disponíveis para venda; e recebíveis, dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado. **1.1) Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e correção monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

1.2) Clientes - concessionárias e permissionárias: São ativos financeiros apresentados a valores de custo, deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. **1.3) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **b) Ativo fiscal diferido (Imposto de renda e contribuição social diferidos):** São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal). O ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante independente da expectativa de realização dos valores que lhes dão origem. **c) Imobilizado:** O imobilizado está apresentado ao valor de custo, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se houver, acumuladas. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis passaram a ter seu valor justo como custo atenuado. A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base no período de concessão da Usina, conforme taxa anual descritas na nota explicativa nº 8. **d) Passivos Financeiros:** Empréstimos e financiamentos - São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial. A Companhia não possui instrumentos derivativos.

e) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **g) Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento:** A Companhia, de acordo com a legislação em vigor, está obrigada a aplicar anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2006, o montante de um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. De acordo com os procedimentos contábeis, essa obrigação está sendo reconhecida no mês de competência da receita que lhe deu origem, no grupo "Dedução da Receita Bruta". **h) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre o mesmo. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

i) Auração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos períodos, sendo observado o princípio da realização e de confrontação das despesas. **j) Utilização de estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer estas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis da data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela ANEEL, à avaliação de recuperabilidade de ativos, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários e cíveis e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros. **k) Novas normas e alterações às IFRS:** Novas e revisadas apresentadas a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. As normas e alterações das normas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em ou após 1º de julho de 2011, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Pronunciamento

Descrição

Aplicável a períodos anuais com início em ou após

Modificações a IFRS 7 - Divulgações e transferências de ativos financeiros

Modificações a IAS 7 - Eliminação de datas fixas para adiantamentos na primeira vez das IFRS

Modificações a IAS 12 - Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40

IFRS 9 (conforme alterada em 2010) - Instrumentos financeiros

Modificações a IAS 19 - Benefícios a empregados - elimina o método "corredor" e orienta registrar os impactos de remuneração do plano de benefícios diretamente em resultado abrangente, além de outras melhorias.

IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas (substitui o guia de consolidação do IAS 27 e SIC12); - IFRS 11 - empreendimentos em conjunto (substitui o IAS 31); - IFRS 12 - divulgação de participação em outras entidades;

- Modificações a IAS 27; - Modificações a IAS 28 para alinhar com os pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12.

IFRS 13 - Mensuração de valor justo - substitui as guias existentes sobre mensuração de valor justo no IFRS por um pronunciamento único

IFRIC 20 - Custos na fase de produção de uma mina de superfície

l) Principais julgamentos e fontes de incerteza nas estimativas: Práticas contábeis críticas são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir: **1.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os montantes do imposto de renda diferido ativo são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. **1.2) Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Anel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **1.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos, quando aplicável. O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2011, não existem indicadores de que os valores contábeis dos ativos de longa duração não serão recuperados através das operações futuras. **m) Provisão para riscos cíveis e tributários:** É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. **n) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico - CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na deliberação nº 557 de 12 de novembro de 2008. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração por serviços.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 189 | 5 |
| Aplicações financeiras | 56.887 | 55.763 |
| | 57.076 | 55.768 |

As aplicações financeiras correspondem à compra de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com remuneração que variam de 100,70% a 104,10% CDI CETIP. O prazo de vencimento dos títulos é de até 382 dias, podendo ser negociados antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. Tais aplicações foram efetuadas nas seguintes instituições: Banco Itaú, Banco Safra S.A. e Banco Votorantim S.A.

5. Clientes - Concessionárias e Permissionárias

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|----------------|-------------|-------------|
| | Curto prazo | Longo prazo |
| Clientes (a) | 23.557 | 25.210 |
| Acionistas (b) | 3.792 | 3.792 |
| | 23.557 | 27.349 |
| | 3.792 | 27.349 |
| | 25.210 | 29.002 |

a) As quantidades e preços relativos à energia elétrica fornecida aos acionistas foram estabelecidas através de contratos firmados entre as partes em 15 de janeiro de 2001, e aditivos, vigorando pelo prazo de 01 de fevereiro de 2001 a 16 de outubro de 2030. Os valores apresentam saldo a vencer em até 30 dias.

b) Os valores a receber de terceiros, no montante de R\$ 3.792 em 31 de dezembro de 2011, refere-se a concessão de crédito dos acionistas junto à AES SUL, decorrente de valores a receber da CCEE. A Companhia possui obrigação no mesmo montante, registrada na conta de fornecedores (nota explicativa nº 9), no passivo não circulante, referentes a valores a pagar à Eletropaulo relativos a exposição na CCEE. A Companhia vem discutindo judicialmente, conforme descrito na nota explicativa nº 12, para liquidar esta situação.

6. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------------|
| Natureza dos créditos | Base de cálculo | Imposto de renda (25%) |
| Provisões cíveis | 4.019 | 1.005 |
| Provisões diversas | 12.932 | 3.233 |
| Total das provisões | 16.951 | 4.238 |
| Custo atribuído do imobilizado | 101.477 | 25.369 |
| Total | 118.428 | 29.607 |

Os créditos fiscais diferidos, referem-se a: • Provisões para contingências temporariamente indedutíveis, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, a) provisão atualização do Processo da Eletropaulo - Eleticidade de São Paulo S.A. no valor de R\$ 11.552, e b) provisão da atualização dos fornecedores de equipamentos e serviços - Consórcio Conita no valor de R\$ 1.380. • Efeito da adoção do custo atribuído do imobilizado. A administração, baseada em suas projeções de resultados, entende que as adições temporárias existentes serão recuperadas, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|----------------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Total | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes dos tributos | 82.671 | 69.683 |
| Imposto de renda (25%) | (20.668) | (17.421) |
| Contribuição social (9%) | (7.440) | (6.271) |
| Diferenças permanentes | 5 | (33) |
| Outros | 5 | 5 |
| Total da despesa com IRPJ e CSLL | (20.658) | (17.454) |
| Corrente | (23.025) | (15.414) |
| Diferido | 2.367 | 852 |
| Total | (20.658) | (17.454) |

7. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro no Resultado

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|----------------------------------|----------------------------|--------------|
| Imposto de renda | Contribuição social | Total |
| Imposto de renda (25%) | (20.668) | (17.421) |
| Contribuição social (9%) | (7.440) | (6.271) |
| Diferenças permanentes | 5 | (33) |
| Outros | 5 | 5 |
| Total da despesa com IRPJ e CSLL | (20.658) | (17.454) |
| Corrente | (23.025) | (15.414) |
| Diferido | 2.367 | 852 |
| Total | (20.658) | (17.454) |



ITÁ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

b) Condições pactuadas: BNDES: Encargos - variação da TJLP + 4% a.a. Amortização do principal - mensal, até 15/09/2013. Pagamento de juros - mensal. Bancos Comerciais: Encargos - variação da TJLP + 3,85% a.a. Amortização do principal - mensal, até 15/09/2013. Pagamento de juros - mensal.

c) Vencimentos: Os empréstimos têm seus vencimentos assim programados:

| | |
|-------------------|--------|
| 01/2012 a 12/2012 | 56.164 |
| 01/2013 a 09/2013 | 41.814 |
| Total | 97.978 |

d) Garantias: Os financiamentos possuem as seguintes garantias: • Penhor dos direitos emergentes da concessão; • Penhor dos direitos creditórios relativos aos contratos de compra e venda de energia elétrica ("PPAs") firmados com seus credores, abrangendo a totalidade da energia do projeto rateada cabível à empresa, até integral cumprimento das obrigações com os financiamentos. • Caução das ações da Companhia; • Conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária em 29 de novembro de 2007), um mês do total do serviço da dívida dos empréstimos com os bancos comerciais (substituída por fiança bancária, em 04 de outubro de 2007), e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. • Índice de cobertura da dívida de 1,3. **11. Debêntures:** A Companhia emitiu 16.800 debêntures de valor unitário de R\$ 10, colocadas junto a diversos investidores. Durante o ano de 2011, a Companhia realizou o resgate antecipado das debêntures de 1ª e 2ª série, totalizando R\$ 30.299 em 02 de junho de 2011 e R\$ 29.245 em dezembro de 2011.

12. Provisão para Causas Cíveis e Fiscais

| | 31/12/2009 | | 31/12/2010 | | | 31/12/2011 | | |
|-----------------------|------------|---------|--------------|----------|---------|------------|--------------|----------|
| | Provisão | Adições | Atuali-zação | Provisão | Adições | Reversão | Atuali-zação | Provisão |
| Provisões cíveis (a) | 1.171 | 582 | 150 | 1.903 | 1.976 | (86) | 226 | 4.019 |
| Provisões fiscais (b) | 3.002 | - | 305 | 3.307 | - | - | 153 | 3.460 |
| Outras (c) | - | - | - | - | 12.932 | - | - | 12.932 |
| Total das provisões | 4.173 | 582 | 455 | 5.210 | 14.908 | (86) | 379 | 20.411 |
| Circulante | 200 | 100 | - | 300 | 3.166 | (86) | - | 3.380 |
| Não circulante | 3.973 | 482 | - | 4.910 | 11.742 | - | 379 | 17.031 |
| Total | 4.173 | 582 | 455 | 5.210 | 14.908 | (86) | 379 | 20.411 |

A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis provisões para processos que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, se revestem de riscos prováveis. **a) Provisões cíveis:** O montante provisionado para provisões civis é considerado pela administração suficiente para cobertura dessas contingências. **b) Provisões fiscais:** Além dos processos judiciais cíveis, também estão provisionados como risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011 os valores envolvidos com risco residual de perda estão estimados em R\$ 1.987 (R\$ 4.087 em dezembro de 2010). **13. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 25 de abril de 2011 foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 20.476, através da incorporação de reserva de ágio, sem a emissão de novas ações. O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 499.899, representado por 520.219.172 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, e estão assim distribuídas:

| | Ações ordinárias | Percentual do capital |
|--------------------------------|------------------|-----------------------|
| Companhia Siderúrgica Nacional | 253.606.842 | 48,75% |
| Tractebel Energia S.A. | 253.606.840 | 48,75% |
| Companhia de Cimento Itambé | 13.005.480 | 2,50% |
| Outros (Conselheiros) | 10 | - |
| | 520.219.172 | 100,00% |

O montante do capital subscrito e integralizado representativo dessas ações pode ser aumentado pelo Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado de R\$ 500.000. **b) Reserva de capital:** Registra o ágio quando da incorporação, pela ITASA, das empresas Cener S.A., Alpha Participações Ltda. e Itambé Participações S.A., na data de 30 de junho de 2001. O tratamento a ser dado às reservas obedece às disposições contidas na Instrução CVM 319/99. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **d) Dividendos:** O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício após a dedução da parcela destinada à constituição da Reserva Legal, será pago como dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. **e) Reserva de retenção de lucros:** As condições constantes nos contratos de financiamentos determinam que a distribuição de lucros acima do mínimo obrigatório poderá ocorrer após a confirmação por parte dos financiadores de que todas as obrigações foram atendidas. Diante disso, a Companhia constituiu as reservas previstas na legislação, sob a rubrica reserva de retenção de lucros. A finalidade desta reserva é manter recursos na Companhia para liquidação de financiamentos e distribuição de lucros acima do mínimo estabelecido estatutariamente.

14. Conciliação da Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. A Companhia apresenta no seu

demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 44.409 | 112.883 |
| Suprimento de energia elétrica | 224.975 | 133.114 |
| Transações no âmbito da CCEE | 965 | 1.747 |
| | 270.349 | 247.744 |
| Deduções da receita operacional | | |
| PIS e COFINS | (2.407) | (22.916) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (2.029) | (2.234) |
| | (27.436) | (25.150) |
| Receita Operacional Líquida | 242.913 | 222.594 |

15. Custo de Produção de Energia Elétrica, Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

| | Custo | Despesa com vendas | Despesas gerais e administrativas | Total |
|--|---------|--------------------|-----------------------------------|---------|
| Depreciação e amortização | 35.890 | - | 10.254 | 46.144 |
| Tarifa de transmissão | - | 41.651 | - | 41.651 |
| Royalties | 26.741 | - | - | 26.741 |
| Serviços de terceiros | 15.306 | - | 531 | 15.837 |
| Recuperação de PIS e COFINS | (1.222) | (3.693) | - | (4.915) |
| Pessoal e encargos | 1.072 | - | 1.595 | 2.667 |
| Administradores | - | - | 1.589 | 1.589 |
| Taxa de fiscalização | - | - | 1.692 | 1.692 |
| Materiais | 214 | - | 15 | 229 |
| Provisões para causas cíveis e tributárias | 2.116 | - | 11.551 | 13.667 |
| Seguros | 769 | - | - | 769 |
| Compra de energia | - | 5 | - | 5 |
| Arrendamentos e alugueis | 80 | - | 187 | 267 |
| Doações, contribuições e subvenções | - | - | 401 | 401 |
| Outros | 726 | - | 449 | 1.175 |
| | 81.692 | 37.963 | 28.264 | 147.919 |

| | Custo | Despesa com vendas | Despesas gerais e administrativas | Total |
|--|---------|--------------------|-----------------------------------|---------|
| Depreciação e amortização | 35.909 | - | 10.259 | 46.168 |
| Tarifa de transmissão | - | 39.923 | - | 39.923 |
| Royalties | 23.113 | - | - | 23.113 |
| Serviços de terceiros | 14.264 | - | 456 | 14.720 |
| Recuperação de PIS e COFINS | (1.116) | (3.556) | - | (4.671) |
| Pessoal e encargos | 920 | - | 1.205 | 2.125 |
| Administradores | - | - | 1.462 | 1.462 |
| Taxa de fiscalização | - | - | 1.595 | 1.595 |
| Materiais | 1.065 | - | 17 | 1.082 |
| Provisões para causas cíveis e tributárias | 733 | - | - | 733 |
| Seguros | 854 | - | - | 854 |
| Compra de energia | - | 240 | - | 240 |
| Arrendamentos e alugueis | 61 | - | 139 | 200 |
| Doações, contribuições e subvenções | - | - | 379 | 379 |
| Outros | 799 | - | 302 | 1.099 |
| | 76.600 | 36.607 | 15.814 | 129.022 |

16. Instrumentos Financeiros

a) Categoria de instrumentos financeiros

| | 2011 | 2010 |
|--|---------|---------|
| Ativos financeiros: | | |
| Receíveis | | |
| Caixa e depósitos bancários a vista | 189 | 5 |
| Clientes - concessionárias e permissionárias | 27.349 | 29.002 |
| Cauções e depósitos vinculados | - | 5.055 |
| | 27.538 | 34.062 |
| Mantido para negociação | | |
| Equivalentes de caixa | 56.887 | 55.763 |
| | 56.887 | 55.763 |
| Passivos financeiros: | | |
| Avaliados ao custo amortizado | | |
| Fornecedores | 25.507 | 23.060 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 97.978 | 207.749 |
| | 123.485 | 230.809 |

b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: **b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras:** A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. **b.2) Risco cambial, de taxa de juros e índices flutuantes:** Nos empréstimos da Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). No período de janeiro a dezembro de 2011, a Companhia não adotou o

procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **b.3) Análise de sensibilidade da taxa de juros:** Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de 2011, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto no resultado de 2011 foram as seguintes: TJLP (+6%) + 4% a.a., conforme condições contratuais, vide nota explicativa nº 10 b).

Impactos no resultado (aumento da despesa financeira)

| | Saldo | Cenário base | Cenário I | Cenário II |
|--|-------|--------------|-----------|------------|
| Variação na TJLP | 9.798 | 9.798 | 12.247 | 14.697 |
| Valor justo do instrumento financeiro: A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram avaliação específica. Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata. Devido às características específicas dos contratos de financiamento do BNDES e ao fato de que os empréstimos são vinculados à TJLP, o valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil. d) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08: A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridos pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o ano de 2012 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações no ano de 2012: TJLP (+6%).+ 4% a.a., conforme condições contratuais, vide nota explicativa nº 10 b). A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro (aumento da despesa financeira) da Companhia no exercício de 2012 seriam os seguintes: | 9.798 | 50% | 25% | 50% |

Variação na TJLP

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

17. Cobertura de Seguros:

A companhia está inserida na apólice de seguro da acionista Tractebel Energia S.A., com os seguintes valores declarados:

| Tipo de seguro | Valor em risco em R\$ | Valor em risco em US\$ | Limite de indenização em R\$ | Limite de indenização em US\$ | Vigência da apólice |
|---------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Danos Materiais | 1.686.334 | 899.000 | 468.950 | 250.000 | 31.05.2012 |
| Responsabilidade de Civil | - | - | 93.790 | 50.000 | 29.11.2012 |
| | 1.686.334 | 899.000 | 562.740 | 300.000 | |

O limite máximo para indenização de danos materiais é de US\$ 250.000 mil, equivalentes a R\$ 468.950 em 31 de dezembro de 2011 por evento.

18. Transações com Partes Relacionadas:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

| | 30/12/2011 | 31/12/2010 |
|------------------|------------|------------|
| Honorários | 1.324 | 1.219 |
| Encargos sociais | 265 | 244 |
| | 1.589 | 1.463 |

A Companhia comercializa 404,14 MW médios de energia com a Tractebel, CSN e Itambé, através dos contratos de Compra e Venda de Energia, assinados em 2001 e vigentes até 2030, a seguir especificados: **a) Tractebel:** Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M. Contrato de Compra e Venda de 61 MW médios de energia reajustado pela variação do Dólar comercial e do índice 64 - Consumer Price, com vigência até 16 de outubro de 2030. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16 de outubro de 2030, cujos valores são reajustados anualmente pelo índice IGP-M. Contrato de Gestão Técnica e Financeira, firmado em 01/09/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão, pela Tractebel Energia S.A., do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D da ANEEL para a aplicação dos recursos correspondentes a 0,4% (zero vírgula quatro por cento) da Receita Operacional Líquida Anual da ITASA em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), conforme Lei Federal nº 9.991/2000, com vigência de três anos a partir da assinatura do mesmo. **b) CSN:** Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M. **c) Itambé:** Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 9 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M.

| | Receita bruta | Clientes - Concessionárias e permissionárias | Custo de Serviços de terceiros | Fornecedores |
|-------------------|---------------|--|--------------------------------|--------------|
| Tractebel Energia | 143.704 | 12.594 | 13.204 | 2.646 |
| CSN | 119.549 | 10.243 | - | - |
| Itambé | 6.131 | 720 | - | - |
| | 269.384 | 23.557 | 13.204 | 2.646 |

| | Receita bruta | Clientes - Concessionárias e permissionárias | Custo de serviços de terceiros | Fornecedores |
|-------------------|---------------|--|--------------------------------|--------------|
| Tractebel Energia | 132.228 | 11.442 | 12.062 | 1.936 |
| CSN | 108.219 | 13.123 | - | - |
| Itambé | 5.510 | 645 | - | - |
| | 245.997 | 25.210 | 12.062 | 1.936 |

19. Aprovação das Demonstrações Financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 07 de Fevereiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enéas Garcia Diniz
Fernando Quintana Minero

Maurício Stolle Bähr

Jan Franciscus Maria Flathet
Manoel Arlindo Zaroni Torres

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Eduardo Simões Viana
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR

Marcia do Prado
CRC: SP 179205/O-0 T-SP

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DA COMPANHIA

O diretor da Companhia declara que examinou, discutiu e reviu todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, e concorda com o parecer dos Auditores Externos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 06 de fevereiro de 2012.

Luiz Eduardo Simões Viana
Diretor e Diretor de Relações com Investidores
São Paulo, 07 de fevereiro de 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itá Energética S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparado sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SP



Às Conselheiros, Diretores e Acionistas da

Itá Energética S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Itá Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.